



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

**PETIÇÃO 9.833/DF – ELETRÔNICO**

**RELATORA: MINISTRA CÁRMEN LÚCIA**

**REQUERENTES: ALENCAR SANTANA BRAGA E OUTROS**

**REQUERIDO: JAIR MESSIAS BOLSONARO**

**PETIÇÃO ASSEP-CRIM/PGR 277645/2021**

Excelentíssima Senhora Ministra Cármen Lúcia,

Trata-se de notícia-crime subscrita pelos Deputados Federais ALENCAR SANTANA BRAGA, HENRIQUE FONTANA JÚNIOR, ROGÉRIO CORREIA DE MOURA BAPTISTA, ELVINO JOSÉ BOHN GASS, JOÃO SOMARIVA DANIEL, PEDRO FRANCISCO UCZAI, LEONARDO CUNHA DE BRITO, ÉRIKA JUCÁ KOKAY, ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR e NILTO IGNÁCIO TATTO, por meio da qual atribuem ao Presidente da República a prática dos crimes eleitorais previstos nos arts. 323 e 326-A do Código Eleitoral, de ato de improbidade administrativa (art. 10, IV, da Lei 8.429/92) e das infrações de propaganda eleitoral antecipada (art. 36-B da Lei 9.504/97) e de abuso do poder econômico ou de autoridade (art. 22 da Lei Complementar 64/90).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Os noticiantes afirmam que, *“no dia de ontem, 29 de julho de 2021, o representado utilizou a empresa pública EBC – EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A, por meio da TV BRASIL, por mais de duas horas, para fazer propaganda política antecipada, atacando adversários políticos, partidos e o C. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, na pessoa de seu presidente e membro dessa Excelsa Corte o Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO, em evidente e escandaloso abuso do poder econômico e político e claro objetivo de promoção pessoal e eleitoral”*.

Relatam que, anteriormente, o noticiado já teria se valido da TV Brasil, no dia 21 de julho de 2021, para *“divulgar ataques insidiosos ao TSE e a adversários políticos, em pleno exercício da presidência da república, como é possível se observar no link URL <https://www.youtube.com/watch?v=im2R1oLNDIE>, incorrendo em manifesto ato de improbidade administrativa, de propaganda eleitoral antecipada e de crime eleitoral”*.

Mencionam que, na mesma primeira ocasião, o Presidente da República teria feito a seguinte indagação: *“É justo quem tirou o Lula da cadeia, quem o tornou elegível, ser o mesmo que vai contar o voto numa sala secreta no TSE?”*.

Sustentam que, diante disso, os crimes, as infrações e o ato de improbidade administrativa referidos acima teriam sido praticados pela autoridade noticiada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Ao final, pugnam pela instauração de inquéritos, para fins de:

a) *Apuração de ato de improbidade administrativa por violação ao § 1º do art. 37 da Constituição Federal e ato de improbidade previsto no art. 10, inciso IV da Lei 8429/92, devendo o representado ressarcir aos cofres públicos o valor correspondente aos valores praticados pelo mercado e/ou pela TV BRASIL para o tipo e o tempo de transmissão realizada em sua rede nacional, sem prejuízo de multa e perda dos direitos políticos, além do cargo público;*

b) *Apuração de propaganda eleitoral antecipada nos termos do art. 36-B da Lei 9504/97, com aplicação de multa de até R\$ 25.000,00;*

c) *Apuração de abuso de poder político e econômico em benefício do representado, nos termos do art. 22 da Lei Complementar 64/90;*

d) *Apuração dos crimes eleitorais previstos nos arts. 323 ou 326-A do Código Eleitoral, ante a possível prática de crime de divulgação de fake news eleitoral, dando causa à instauração de processo por parte da Corregedoria Geral do TSE para investigação acerca das infundadas fraudes no sistema eleitoral apontadas pelo representado.*

Vossa Excelência, ao determinar o encaminhamento da notícia-crime à Procuradoria-Geral da República, sem assinar prazo judicial, até porque seria prazo impróprio, teceu as seguintes considerações preliminares:

*A despeito de se ter consolidado não ser deste Supremo Tribunal Federal o foro próprio para conhecimento e julgamento de ação de improbidade contra autoridade pública, há de se considerar que o grave relato apresentado pelos autores da presente Petição conjuga atos daquela natureza com outros que podem, em tese, configurar crime, mais especificamente, de natureza eleitoral, utilização ilegal de bens públicos, atentados contra a independência de*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*poderes da República, o que, após a necessária análise, conduzirá à conclusão sobre a competência para o conhecimento e o processamento da presente Petição.*

*Necessária, pois, seja determinada a manifestação inicial do Procurador-Geral da República, que, com a responsabilidade vinculante e obrigatória que lhe é constitucionalmente definida, promoverá o exame inicial do quadro relatado a fim de se definirem os passos a serem trilhados para a resposta judicial devida no presente caso.*

Vieram os autos à Procuradoria-Geral da República.

Eis, em síntese, o relatório.

Ao tomar conhecimento dos fatos que são objeto desta notícia-crime, **foi determinada a instauração, em 12 de agosto de 2021, da Notícia de Fato 1.00.000.014572/2021-53 neste Ministério Público Federal, que, como dominus litis (art. 129, I, da Constituição Federal), ou seja, titular privativo da ação penal, apurará os fatos noticiados e discernirá, oportunamente, em torno de eventual(is) prática(s) de ilícito(s) penal(is) e de lastro probatório mínimo para oferecimento de denúncia, à luz do ordenamento jurídico e da jurisprudência desse e. Supremo Tribunal Federal, preservando-se o sistema constitucional acusatório.**

Tal procedimento vem sendo adotado sempre que o Supremo Tribunal Federal, com supedâneo no art. 230-B do Regimento Interno,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

encaminha à Procuradoria-Geral da República notícia-crime protocolada na Suprema Corte, desde que exista lastro probatório mínimo em torno da prática, em tese, de conduta(s) criminoso(s). Diversos exemplos podem ser citados:

a) PET 8.812, Rel. Min. Celso de Mello, consistente em notícia-crime apresentada em desfavor da Deputada Federal Carla Zambelli (processo extinto em 29 de junho de 2020);

b) PET 8869<sup>1</sup>, Rel. Min. Celso de Mello, consistente em notícia-crime apresentada em desfavor do Ministro Augusto Heleno (processo extinto em 10 de outubro de 2020, após o julgamento de agravo regimental interposto da decisão de arquivamento dos autos);

c) PET 8893, Rel. Min. Celso de Mello, consistente em notícia-crime apresentada em desfavor do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro (processo extinto em 2 de julho de 2020);

d) PET 8923, Rel. Min. Roberto Barroso, consistente em notícia-crime apresentada em desfavor do ex-Ministro Eduardo Pazuello (processo extinto em 10 de fevereiro de 2021);

---

<sup>1</sup> PETs congêneres arquivadas após a adoção do mesmo procedimento: 8871, 8872, 8891 e 8892.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

e) PET 9669, Rel. Min. Nunes Marques, consistente em notícia-crime apresentada em desfavor da Ministra Damares Regina (processo extinto em 17 de junho de 2021);

f) PET 9172, Rel. Min. Rosa Weber, consistente em notícia-crime apresentada em desfavor da Ministra Damares Regina (processo extinto em 3 de dezembro de 2020);

g) PET 8938, Rel. Min. Rosa Weber, consistente em notícia-crime apresentada em desfavor do Presidente da República (processo extinto em 26 de agosto de 2020);

h) PET 8937, Rel. Min. Rosa Weber, consistente em notícia-crime apresentada em desfavor do Presidente da República (processo extinto em 26 de agosto de 2020);

i) PET 8872, Rel. Min. Celso de Mello, consistente em notícia-crime apresentada em desfavor do Ministro Augusto Heleno (processo extinto em 9 de julho de 2020);

j) PET 9029, Rel. Min. Celso de Mello, consistente em notícia-crime apresentada em desfavor do Presidente da República (processo extinto em 2 de outubro de 2020).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Sobre a conformação constitucional do procedimento — extinção de notícia-crime autuada como PET em caso de instauração de procedimento investigatório no Ministério Público Federal —, cite-se o seguinte excerto de decisão proferida pelo ex-Ministro Celso de Mello:

*[...] Disso tudo resulta que a presente comunicação nada mais traduz senão formal provocação dirigida ao Senhor Procurador-Geral da República, para que Sua Excelência, examinando o que consta dos autos, possa formar sua convicção a propósito dos fatos e, em consequência, manifestar-se (a) pelo oferecimento de denúncia, (b) pela solicitação de maiores esclarecimentos e/ou pela realização de diligências para apuração da realidade dos eventos a ele transmitidos ou, então, (c) pelo arquivamento dos autos. No caso, verifico que a presente “notitia criminis” atingiu seu objetivo, pois, conforme informou o eminente Chefe do Ministério Público da União, “Ao tomar conhecimento da representação autuada na presente Petição, foi instaurada Notícia de Fato no âmbito da Procuradoria-Geral da República, para averiguação preliminar” (grifei). Desse modo, ciente dos fatos comunicados pela Senhora congressista noticiante, cabe ao Ministério Público Federal adotar, com exclusividade, as providências que entender pertinentes, seja no que se refere à suposta prática de crime comum, seja no que concerne ao alegado cometimento de crime de responsabilidade por parte do ora noticiado. Sendo assim, em face das razões expostas, e acolhendo, ainda, a manifestação da douta Procuradoria-Geral da República, nego seguimento aos requerimentos formulados nos presentes autos e declaro extinto este procedimento (PET 8872, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 13.7.2020) (Grifos acrescentados)*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Instaurada Notícia de Fato na PGR com base em notícia-crime encaminhada pelo STF, há juízo preliminar acerca da viabilidade da adoção de diligências persecutórias, a exemplo da realização de oitivas de testemunhas e da requisição de documentos.

Providências do gênero foram adotadas, exemplificativamente, na NF 1.00.000.019577/2020-91, instaurada com base na precitada PET 9172, nos autos da qual foram realizadas oitivas de diversas testemunhas dos fatos noticiados, para fins de melhor formação da *opinio delicti* ministerial.

Idêntica situação ocorreu no caso da NF 1.00.000.012935/2020-35, instaurada com base na PET 8971. No procedimento interno, foi determinada a notificação do noticiado para prestar esclarecimentos, bem como da Polícia Federal e de órgão ministerial de 1ª instância, para fins de compartilhamento de informações eventualmente relevantes.

Ambas as referidas Notícias de Fato continuam sendo instruídas no Ministério Público Federal.

Há outros casos em que, após a adoção de diligências preliminares para aferir a existência de conduta criminosa e de indícios mínimos de autoria, verifica-se ser necessária a instauração de inquérito criminal. Foi o que ocorreu com o INQ 4862, instaurado após o recebimento pela PGR de informações





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

prestadas pelo ex-Ministro Eduardo Pazuello, que denotaram negligência na gestão de medidas necessárias ao combate da epidemia de Covid-19, no Município de Manaus/AM, em janeiro de 2021.

Tais informações foram requisitadas ao então Ministro da Saúde para instrução do procedimento investigatório interno correlato.

Como se vê, é corriqueiro, no Supremo Tribunal Federal, o arquivamento de Petições autuadas com base em notícias-crime apresentadas diretamente ao STF e encaminhadas, na sequência, à PGR.

Tais notícias-crime, quando não flagrantemente improcedentes, ensejam a instauração de procedimentos preliminares (notícias de fato) no MPF e a posterior realização de diligências reputadas cabíveis pelo titular privativo da ação penal de iniciativa pública.

A depender da robustez dos elementos obtidos por meio dessas diligências, cabe ao órgão ministerial, então, discernir em torno de oferecimento de denúncia, de dedução de pedido de instauração de inquérito ou ainda de arquivamento, comunicando-se, oportunamente, ao respectivo Relator.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Em face do exposto, o PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, considerando ter havido instauração de Notícia de fato, no Ministério Público Federal, para fins de apuração dos mesmos fatos noticiados nestes autos, manifesta-se pela negativa de seguimento à Petição.

Brasília, data da assinatura digital.

*Augusto Aras*

Procurador-Geral da República

*Assinado digitalmente*

PSG/CCOL

Impresso por: 073.733.574-23 Per9635  
Em: 16/08/2021 - 21:59:43